

Missão Espiritana

Volume 8 | Number 8

Article 10

10-2005

Os Caboverdianos em Lisboa

José Martins Vaz

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana>

Recommended Citation

Martins Vaz, J. (2005). Os Caboverdianos em Lisboa. *Missão Espiritana*, 8 (8). Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol8/iss8/10>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

Os Caboverdianos em Lisboa¹

Já vai longe o momento em que os caboverdianos em multidão impressionante nos pediam reuniões de apostolado e de convívio, festas religiosas e de confraternização e nós, só com duas mãos, dois pés e um coração, não tínhamos possibilidades - humanas e espirituais - para a todos atendermos. Graças a Deus, dissemos e repetimos, sentimo-nos felizes e espiritualmente recompensados a cem por um.

Quando nos consultam, informamos como sentimos e vivemos os problemas. Só nos corta o coração ver muitos dos que partem a esventrarem-se numa confusão alfandegária indescritível, sobretudo quando se pretende saber o que levam ou não levam.

Palavras depreciativas vai havendo, aqui e além. Tudo o resto é secundário para eles. Estes, na sua qualidade de africanos, são pacatos e ordeiros.

Os medicamentos e as consultas são gratuitos para os pobres e para os parentes dos beneficiários das Caixas de Previdência que trabalhem na Metrópole.

Muito se tem feito por eles: o estado, as associações católicas e religiosas, as paróquias, pessoas individuais e, mesmo, famílias.

Em Outubro de 1970 bateram-nos à porta dois caboverdianos da ilha de Santiago de tal modo tímidos e envergonhados que, certamente, só a carta de recomendação do seu pároco-missionário lhes deu força e ânimo para nos abordarem.

¹ Em homenagem a todos os Espiritanos que ao longo dos anos trabalharam com os Africanos na zona de Lisboa, re-editamos este artigo que o P. José Vaz, hoje a viver no Fundão, escreveu para o Jornal Época, de 30 de Julho de 1972, quando iniciou a assistência aos imigrantes caboverdianos em Lisboa.

Esgotados todos os recursos locais, dizia a carta, prepare-se para receberes centenas, milhares de caboverdianos que formam bicha na Agência da TAP, na Delegação da Sociedade Geral, madrugando e acotovelando-se para conseguirem marcação de viagem, rumo à metrópole.

Pela conversa, que logo então entabulámos, ficámos a saber que a estiagem, velha de dois anos, esgotara a maior parte das reservas alimentares e económicas. Reinava, por isso, a desolação na paisagem e nos espíritos daquela gente habituada à vida dura, fadada, treinada e naturalmente predisposta para calcuriar os caminhos do mundo... Não, propriamente, pelo espírito de aventura, pois todo o êxodo é um «parto» doloroso. Pelo desejo compreensível de conhecerem horizontes mais vastos? É possível. Mas, sobretudo, para fugirem ao que se poderá chamar a sua triste sina: a falta de chuvas que ciclicamente os atormenta.

É por isso que não deve haver recanto terráqueo onde se não encontrem. Em maior ou menor número conforme o clima, as facilidades de entrada e permanência, a amabilidade dos naturais, os proventos que possam auferir.

Dos aviões e dos barcos saíam diariamente caras africanas. E se mais não vinham era por que não havia transportes em número suficiente e o mar era largo de mais para ser transposto em frágeis embarcações caseiras.

Eis que em Agosto de 1971 caíram em Cabo Verde os primeiros pingos de chuva, para em Setembro se transformarem em caudal. Com grandes sacrifícios - horas intermináveis de trabalho e penosa aquisição de sementes - se retomou a vida agrícola. E foi uma bênção de Deus: tudo nasceu; tudo cresceu; tudo verdejou; mas tudo, quase tudo, ficou nos caules, nas espigas meias-formadas. E tudo, quase tudo, caiu de pé. Por falta de nova chuva em Outubro que tudo criasse e sazonasse.

Era o quarto ano de seca. Pior que os anteriores; porque a penúria era velha de três anos; porque, desta vez, até a semente se perdera. Aumentaram as bichas. Engrossaram as listas dos pressurosos em deixarem a terra natal à procura de algum pão para si e para os seus.

Em rápida pincelada, aqui têm os leitores uma das explicações - a mais válida, pensamos, - para a tonalidade policroma que as nossas praças e ruas começaram a ter, sobretudo de há dois anos a esta parte.

Interessante - necessário e até indispensável - seria saber-mos quem são, donde vêm, já que conhecemos as razões fundamentais por que vieram. É possível que, um dia, nos debrucemos sobre essas interrogativas. Dado, porém, que de

vários lados nos solicitam informações concretas, resolvemos escrever estas páginas.

Falaremos quase só dos *badios* - habitantes da ilha de Santiago - porque têm sido com esses os nossos mais numerosos contactos. E, dentro destes, quase só com os chegados nos últimos dois anos em demanda de trabalho. Todos os outros - doutras ilhas; estudantes; já aqui radicados anteriormente - ficarão fora da nossa análise que, por seu lado, não pretende ser exaustiva, nem *dogmática*, até por que não conhecemos Cabo Verde, as suas gentes, os seus usos e costumes. Daí estas nossas linhas deverem ser tidas como notas a lápis no sentido de virem a ser aferidas *in loco* e definitivamente assentes em estudo mais profundo, mais concreto e local, se para tanto tivermos vida e arte...

I — INÍCIO DESTE NOSSO APOSTOLADO

Logo no primeiro ano de seca, alguns missionários espiritanos de Santiago começaram a preparar as suas gentes para uma próxima migração, fundamentalmente rumo à Metrópole.

Um pouco por toda a parte se abriram mais escolas; os quadros da Acção Católica foram melhorados e reforçados; a Legião de Maria abalançou-se em profundo trabalho de expansão. Os temas de estudo pastoral incidiram sobre a problemática migratória. Fundamentalmente pretendeu-se prepará-los, tanto quanto possível, para o novo habitat metropolitano: como proceder no trabalho; no convívio entre eles; nas suas relações humanas e sociais com os colegas metropolitanos; sua posição de homens, de cristãos e de caboverdianos. Quer dizer: que ao deixarem a terra natal saíssem homens, cristãos, caboverdianos exemplares; que, ao regressarem, voltassem, se possível, mais homens, mais cristãos, mais caboverdianos.

Atendendo a que durante anos trabalhámos como missionários em terras de Cabinda, Angola, lembraram-se os nossos confrades espiritanos de Santiago de nos convidarem para «seus representantes», verdadeiro traço de união entre os que chegavam e os seus familiares distantes e saudosos; entre as ovelhas dispersas por estas paragens e os seus antigos pastores espirituais. Sabendo, de antemão, a grandiosidade e o espinhoso da tarefa, declinámos habilmente o convite no seu tom oficial, ou oficioso, concordando, no entanto, em «fazermos o que pudéssemos» - de forma particular, sem pompas, sem títulos - pelos migrantes caboverdianos.

Como não apareceram voluntários para esta tarefa - a vida está cheia destes senões - «pegaram-nos na palavra» e foram mandando, mandando, às unidades, às meias dúzias, às dúzias,

às centenas, aos milhares... E assim passaram já pela minha mão de sacerdote e missionário cerca de cinco mil. Sem mandato oficial ou oficioso, por que o recusámos. Como carolas, passe a expressão; carolas cristãos. Quase sempre acontece que a carolice é mais operante ...

II — ACTIVIDADE RELIGIOSA

Gente de fé. De crenças religiosas arraigadas. De prática religiosa e sacramental digna de realce. Transportados, quase repentinamente, para novo ambiente social não totalmente religioso - geralmente preferem trabalhar na construção civil, como adiante veremos - é grande o traumatismo sofrido face a baptizados sem prática religiosa e, por vezes até, hostis à Igreja, suas instituições e pessoas.

Desde o exemplo negativo de baptizados, passando pelas insinuações camufladas, indo até à mentalização laicizante e demolidora da fé nos novos companheiros de trabalho, muitos operários metropolitanos foram e continuam a ser não só elementos negativos sobre o aspecto religioso e cristão, mas até satanicamente iconoclastas do fundo essencialmente religioso e cristão daquelas gentes. Não admira, por isso, que sobretudo a juventude esteja a arrefecer no amor a Deus, a distanciar-se da Igreja, a não aparecer nos actos de culto e nas reuniões de apostolado. Temos de concordar que o meio ambiente é densamente indiferente e até hostil a tais afervoramentos e à permanência no antigo viver cristão.

Conhecemos muitos casos concretos de diálogos-provações em matéria religiosa e espiritual onde aqueles que «pensavam ir buscar lâ, ficaram tosquiados» a ponto de alguns encarregados das obras se verem obrigados a sentenciar: «Não quero aqui essas discussões, mas foi-vos muito bem feito... Provocastes esses caboverdianos e eles calaram-vos a boca».

Graças a Deus, o reverso da medalha é belo e resplandecente: muitos operários metropolitanos - este termo não é segregatório mas apenas usado por eles para melhor e mais facilmente se expressarem - têm sido verdadeiramente irmãos destes caboverdianos, ajudando-os com o seu conselho, o seu exemplo, a sua amizade a ambientarem-se profissional, social e religiosamente. Também e sobretudo os organismos católicos, as paróquias e até famílias se têm abeirado destes nossos irmãos no desejo sincero, sacrificado e apostólico de os ajudarem a ambientarem-se e a singrar na vida, sem perderem de vista a sua prática religiosa. Muito se tem conseguido apenas pela simples boa vontade de uns quantos, dado que cada qual vai agindo como pode em lamentável mas real estado de acefalia, por ter

faltado até agora um elemento eclesial directivo e aglutinante - embora não asfixiante - de tantos esforços dispersos.

Talvez por saberem que há mais de dois anos andamos nestas tarefas e por lhes constar que já demos a mão a milhares de migrantes, vários desses grupos nos têm chamado para uma troca de impressões. Verdade seja que quase sempre se processa uma nova e mais esclarecida arrancada para a sua assistência espiritual.

Já vai longe o momento em que os caboverdianos em multidão impressionante nos pediam reuniões de apostolado e de convívio, festas religiosas e de confraternização e nós, só com duas mãos, dois pés e um coração, não tínhamos possibilidades - humanas e espirituais - para a todos atendermos.

Aqui e além sugerimos reuniões; propusemos convívios; pensámos grupos corais dominicais; indicámos caboverdianos aptos e desejosos de colaborar nos actos de culto e no ensino da catequese. A receptividade da cristandade lisboeta foi de tal modo que nós - inicialmente sem possibilidades de a todos atendermos, com um salão de festas, onde temos 400 cadeiras, mas que mensalmente ficava autenticamente a transbordar até à rua - vemos hoje, graças a Deus, à nossa volta um número decrescente de caboverdianos a exigir-nos os meios necessários para permanecerem cristãos e, se possível, consolidarem a sua antiga fé.

Graças a Deus, dissemos e repetimos. É que entrámos neste apostolado com verdadeiro espírito missionário e como se de tarefa de missão se tratasse: como não havia quase ninguém, começámos. Desbravámos. E ... entregámos. Inserimos - ajudámos a inserir - esse apostolado no seu âmbito normal: a paróquia. Sentimo-nos apostolicamente satisfeitos por termos menos gente junto de nós e mais em volta da paróquia. Mesmo assim, ainda temos gente e necessidades espirituais que excedem, de longe, as nossas possibilidades e forças.

Estamos em crer que nunca acabaremos totalmente esta tarefa enquanto houver tantos caboverdianos por cá. É que grande número são oriundos das missões-paróquias dirigidas por espiritanos. A nós vêm dirigidos inicialmente. E os primeiros amores são sempre os mais fortes. Depois por que, toponimicamente, estamos bem situados: junto à Estrela e ao jardim, pontos obrigatórios de encontro dominical para todos quantos vivem em Lisboa e num raio de 10 a 20 quilómetros em redor.

Mensalmente reunimo-nos à volta do altar em celebração litúrgica devota e activamente participada; seguidamente passamos um filme rodado pelos seus missionários, tendo por motivo as suas terras, as suas famílias e as festas que lá deixaram. O inverso também se dá: as suas ocupações diárias são aqui filmadas e projectadas nos salões paroquiais de Cabo

Verde, numa amálgama benéfica e tonificante de risos e lágrimas saudosas. À falta de filmes, um conjunto musical ad hoc, composto por caboverdianos, sobe ao palco, dedilha os instrumentos musicais em toada dolente de mornas e coladeiras e toda a nossa gente canta e ri, chora e sente «saudades de nha terra distante».

Há dois anos que não temos um domingo «pessoal». Passada a manhã na igreja, começamos às onze horas a receber dezenas e dezenas de caboverdianos - raro é o domingo que não recebemos duzentos e mais - e só damos a «sessão» por encerrada quando não houver mais «consulentes». Há os que vêm apenas para cumprimentar; os que querem contar a sua vida e desabafar; pedir um conselho, uma orientação religiosa ou profissional; a indicação de uma atitude frente a uma disputa religiosa com os seus companheiros de trabalho; também os que se querem confessar; até os que desejam casar, aqui ou na terra natal; os que nos vêm pedir uma carta para mandarem à esposa como prova de que continuam a ser bons cristãos e chefes de família exemplares; um ou outro a pedir a nossa intervenção epistolar para darmos bons conselhos - à distância - à esposa e aos filhos para se não esquecerem de Deus, do marido e do pai que, cá longe, vai trabalhando e abafando de saudades.

Ao longo da semana, apesar de termos recomendado que nos devem procurar essencialmente ao domingo - a não ser que se trate de casos urgentes - também vão aparecendo, o que dá em resultado partirem-nos e repartirem-nos o dia de trabalho e até as horas de descanso.

Com boa dose de disponibilidade - a burocracia e o «espírito de funcionalismo» marcariam horários rígidos e deles não sairiam - lá vamos atendendo a todos, sempre que precisam, apenas com um fito: eles que vieram com fé, que partam com fé. Conhecemos já uma vasta rede de locais onde todos eles poderão frequentar as reuniões de apostolado, onde se poderão integrar paroquialmente. Se alguns as não frequentam é apenas por impossibilidade de horário, por cansaço físico ou tibieza espiritual.

Só Deus sabe a extensão da nossa actividade apostólica e isso é, na verdade, o essencial. Mas ante a sua receptividade e agradecimento, sentimo-nos felizes e espiritualmente recompensados a cem por um. É bem verdade que o Senhor da Messe nunca se deixa vencer em generosidade.

III - ACTIVIDADE SOCIAL

Os caboverdianos chegam a cada momento. Sem se fazerem anunciar. Logo que conseguem lugar. De avião ou de

barco. A sua preocupação dominante é arranjar dinheiro para a passagem. De qualquer modo honesto que lhes seja possível: emprestado, afiançado, a juro - qualquer juro - um pouco daqui, outro dali. O que importa é chegar a Lisboa. Mesmo que - como muitas vezes acontece - no bolso haja apenas umas sobras que se resumem a 50\$00 ou 100\$00. Para trás ficou uma dívida de dois a cinco mil escudos, o que não é difícil de se atingir, sobretudo em casos de juros a 100% ao semestre, como é costume em muitos povos africanos.

Há quem estranhe que não venham de lá com contrato de trabalho!... Se os patrões os encontram aqui, a cada esquina, a pedir serviço, não se vão comprometer com pessoas que não conhecem.

Certo dia recebemos uma carta, vinda de Cabo Verde, em como alguém se comprometia a custear as despesas de viagem de um seu protegido se arranjassemos por cá um patrão que lhe passasse contrato de trabalho. Nem tentámos satisfazer o quesito e, ousadamente, fizemos uma contraproposta: arranjar ele o contrato de trabalho, que nós, pobres como Job, pagaríamos a viagem...

Algumas paróquias de Santiago conseguiram criar uma espécie de cooperativa económica, com subscrições públicas, com peditórios junto das autoridades e de entidades particulares. Reunido um certo fundo monetário envia, semanal ou mensalmente, alguns paroquianos que, depois, pagarão um juro legal.

Eis que os nossos homens chegam. Completamente desorientados. Batem-nos à porta. Vestimo-los de graça com roupa da Caritas, que algumas paróquias e pessoas particulares vão custeando. Parecendo que não, sempre são cem escudos que não gastam na Feira da Ladra vestindo-se de soldados, eles que, na sua maioria, nunca o foram.

Arranjamos-lhes local de trabalho. Se não tiverem 300\$00 no bolso, teremos nós de perfazer tal quantia. Ao passarem por uma loja comprarão um cobertor, uma panela e ... uma batata para meter dentro dela. Dinheiro para isso? Há sempre almas generosas que aparecem e eles não tardam a saldar o empréstimo. Sem juros.

Para chegarem ao local de trabalho talvez seja preciso metê-los no transporte colectivo mais próximo, ou ir para a rua «caçar» um taxi, dar a direcção ao motorista e o recado para ir pelo caminho mais curto... De qualquer modo lá chegam. Em meio desconhecido, sem ritmo do trabalho actual, não muito anafados, com pouca roupa, lá começam a trabalhar. Com vontade. Eles bem sabem que o lugar não é estável e podem ficar alguns dias sem trabalho, o que nos primeiros tempos os ater-

roriza, dado que a mulher e os numerosos filhos ficaram por lá à espera do seu auxílio.

Patrão que tenha camarata - com telha, com zinco, com clarabóias naturais por onde se divise meio céu - tem caboverdianos assegurados. Poderá ser uma vergonha, poderá ser desumano, mesmo ilegal tal cómodo, bastante incómodo por vezes, mas o essencial - para eles - é não pagarem quarto ou camarata em pensão, cozinharem no próprio local de trabalho. Só assim conseguem amearhar algum dinheiro.

No domingo seguinte lá vêm eles dar-nos as suas primeiras impressões. Mais conformados já, mas com a mesma saudade - são saudosos até mais não - que tentam «matar» na cavaqueira dominical no Camões ou no jardim da Estrela.

Findo o primeiro mês já se querem «vestir por medida», apresentar festivamente nesses locais de cavaqueio. Não resistimos à tentação de contar o que vimos, certa manhã domingueira, aos portões do jardim da Estrela: um certo Pedro, palavroso e expansivo, mas bom rapaz, dizia a carta de recomendação e era verdade - chegara na sexta-feira à tarde. Trabalhara meio dia no sábado. Nada recebera. Finda a semana seguinte receberia tudo junto. Mal vestido, mal calçado, com poucos escudos no bolso - que até eram nossos e equivaliam às sobras da compra do cobertor e da panela - põe o pé na caixa do engraixador e fala, gesticulando como gente importante, rodeado por numeroso grupo, que o ouve embevecido! Só corou quando deu com os olhos em nós que, apesar de nada lhe termos dito, o comprometemos com a nossa presença ... Não vêm para aqui as restantes conclusões de ordem psicológico-social, nem a longa história que ele irá contar, ufano, quando voltar à sua terra, com a sua verborreia talvez aumentada. Pelo que ouvimos contar nas aldeias sertanejas de Cabinda, fazemos já uma ideia ...

Em constantes migrações de trabalho - eles que já são migrantes nesta terra - muitos deles escrevem e recebem cartas com a nossa direcção. Depois, pelos cantos das salas, enquanto esperam a vez de nos falar, vão lendo as notícias, vão escrevendo para a família, a maior parte das vezes calados, concentrados, com os olhos humedecidos.

Quando pomos o gravador à sua disposição, e cassetes distintas para cada paróquia, é um desbobinar de recordações de cá para lá, de saudações, de soluços, que tonificam a alma e o coração. Impressionante aquele início de celebração litúrgica no passado dia de Natal: o gravador em cima do altar; o carregar do botão; a voz dos párocos a darem-lhes as Boas Festas. Até aí algum nervosismo, algumas lágrimas mas vão indo. Quando, finda a missa, o mesmo gravador continuou a des-

bobinar a cassete e apareceu a voz da esposa e dos filhos - também eles a dizerem duas palavras; a pararem para chorar e tomar fôlego; depois mais duas palavras e outros cortes de voz na garganta - foi um carpir por toda a sala, repleta quase só de homens duros, calejados e austeros, mas de coração frágil e a rebentar de saudades. Não houve outro remédio senão interromper a transmissão das mensagens e reservar o resto para o domingo seguinte. Mesmo assim, ainda foi preciso dar umas palmadinhas nas costas de alguns para os alentar.

Se alguns ficam sem serviço é preciso arranjar-lhes outro e abonar-lhes dinheiro, caso precisem, para os dias mais próximos. Se têm dinheiro e o querem mandar para a família, recebemo-lo e enviamo-lo para os missionários que, por sua vez, o irão distribuir pelas várias aldeias. Se já têm algum pecúlio é preciso guardar-lho em lugar seguro, pois nas camaratas não têm cofre e em toda a parte há - ou pode haver - amigos do alheio. Se precisam de algum documento oficial é preciso fazê-lo e enviá-lo ao destino, passando pelo notário, se for caso disso. Se ainda não recebem abono de família anotaremos os casos ao domingo e, pela semana fora, iremos à Caixa expor, a situação. Se precisam de alguma coisa - e tantas coisas precisa quem está fora da sua terra natal e longe dos seus - batem-nos à porta, especialmente aos domingos; depois, ao longo da semana, procuramos dar andamento aos seus mais variados problemas.

Porquê ao domingo? Porque não hão-de ir eles próprios tratar dos seus casos? Porque não procuram os seus parentes já aqui radicados há mais tempo? Apesar de sempre termos sido contrários aos paternalismos desnecessários e paralisantes da própria personalidade, não vemos - para a maioria dos casos - outra solução satisfatória: para o fazerem ficarão sem um dia de trabalho - na prática serão dois dias de salário perdido, devido ao prémio de assiduidade - e eles estão verdadeiramente depauperados economicamente. Se lhes virmos na mão uma nota de mil escudos, pensemos no suor que ela representa e nos inúmeros «buracos» que ela tem de tapar.

Depois, pessoalmente nem sempre conseguem explicar-se de forma a transmitirem a totalidade do seu problema. Pior ainda: a explicação recebida não será plenamente captada e muito menos concretizada, sobretudo quando se trate de documentos sujeitos a formulário. Quanto ao auxílio e protecção recíprocos, bem podem ser apontados como modelos - ou não fossem eles. africanos e tivessem no sangue a prática da solidariedade - mas casos conhecemos nós de quatro e cinco irmãos a trabalharem na Metrópole e cada qual em seu patrão, contra a sua vontade evidentemente.

No caso concreto das Caixas de Previdência: somos testemunhas oculares do bom acolhimento que lhes é dispensado. Mas não chega. E que os funcionários não conseguem entender todas as suas explicações, dada a dificuldade da expressão linguística e a inexactidão de nomes, datas dos familiares e dos locais de trabalho. De posse da resposta não conseguem, por si próprios, concretizar toda a documentação necessária. Valha a verdade que nem sempre é fácil ... Além disso, temos a considerar o pormenor, já referido, dos dois dias de salário perdido, o que é pernicioso para qualquer operário, mas é excessivamente penoso para os caboverdianos.

Neste momento estamos a diligenciar, junto de quem de direito, uma solução de emergência e nada burocrática, dado que há muitos com a sua situação por resolver. Sabemos que somos «ousados», mas o nosso desejo de os ajudar dá-nos coragem e vai conseguir «milagres». Além disso, temos de nos convencer que os seus problemas gerais e os específicos das Caixas são graves e muito extensos. É por isso que para grandes males propomos grandes remédios.

Há um que adoece; é preciso interná-lo. Outro que não melhora; vamos metê-lo no barco ou no avião. E outro que morre; enterra-se; religiosamente; de graça.

Há meses morreu em Cascais, caído de um andaime, o Firmo. Bom homem. Ótimo cristão. Lá fomos. Com todos os caboverdianos que trabalhavam na firma. Num total de cinquenta. Com os patrões, os encarregados de serviço, alguns metropolitanos, companheiros de trabalho. Tudo correu em espírito litúrgico, em recolhimento, em oração colectiva. O primeiro a destoar fomos nós: quisemos dizer duas palavras e estas não saíram. Depois todos quisemos continuar a rezar e não conseguimos. Quando o corpo ia a descer para a cova foi um carpir dolente, cantante, sentido, espiritual. Que pouco tem do carpir ruidoso de outros africanos. Que difere do «adeus» dos parentes das aldeias metropolitanas. Cada qual para seu canto, de cócoras, em polifonia dolente e orante. Um pouco distantes - o espírito é forte, mas o coração é fraco - assistimos então ao quadro belo e enternecedor desses patrões, encarregados e trabalhadores europeus, a levantarem esses chorosos-orantes, a dizerem-lhes duas palavras de estímulo, a trazerem-nos para a porta do cemitério, a irem buscar outro e outros. Viemos de lá arrasados dos nervos, mas com a alma a transbordar de felicidade autenticamente cristã.

Indiquemos agora alguns casos concretos:

1 - O agregado familiar:

Por mais estranho que pareça, somos contra a vinda do agregado familiar, entendendo por ele o pai, a mãe e os filhos, que, normalmente, muitos são. É que não é com cem escudos diários que uma família pode viver em Lisboa, ou nos arredores.

Pelo que nos consta, a vida em Cabo Verde ainda não é cara; junto de qualquer parente podem deixar ficar os filhos mais novos, mandando daqui uma pequena mesada. Quando, mesmo assim, insistem em trazer a família, tudo fazemos para que mandem vir apenas os que possam trabalhar. Também o estudo por lá fica económico. Depois a maioria dos que aqui se encontram não pensam deitar raízes por estas paragens.

Diante de factos consumados, arranjam serviço na província para a maior parte da família, onde a vida é mais barata e as rendas de casa mais acessíveis.

2 - Quanto às raparigas:

Muitas delas vêm para empregadas domésticas e não lhes é difícil conseguirem colocação. O pior é que há outras que se fixam em Lisboa para «servir a muitos senhores», profissões que já tinham na sua terra.

Junto da Obra das Zitas e das Irmãs do Espírito Santo - também elas têm Missões em Santiago - encontram amparo humano, social e cristão todas as que vêm ganhar honradamente o seu pão. Não falta quem ampare as outras...

3 - Escolas:

Há, actualmente, uma dúzia de escolas paroquiais em Lisboa e nos arredores onde os caboverdianos podem frequentar, totalmente de graça, a escola primária e o ciclo preparatório, para já.

Nas escolas nocturnas - do Estado ou de particulares - outros tentam fazer os seus exames. Mas é da experiência, velha de dois anos, que muitos se inscrevem, bastantes começam e muito poucos perseveram. Valha a verdade que não é muito fácil encontrar disposição para tal depois de um dia de trabalho árduo, depois da preparação das refeições, da lavagem da roupa, etc. Por isso, uma vez lhes dissemos em reunião magna: para virdes até Lisboa sofrestes muito; trabalhastes imenso; tivestes de ser constantes. Pois, para agora fazerdes exames, tereis de ser teimosos, corajosos, constantes em proporção idêntica.

IV - AS CRÍTICAS

Criticar é fácil. E geral. Fazer é mais difícil e só uma mi-

noria se compromete em tais tarefas. Pessoalmente preferimos gastar todas as energias a fazer o que podemos, em vez de gastarmos parte delas a apontar deficiências; também achamos que será malbaratar o tempo gastando-o à procura de pedras e telhados alheios.

Nem sempre os que mais criticam são os que mais fazem, ou fizeram, para suprimir os motivos das suas críticas...

1- Ao longo desta nossa crónica, adivinhámos um reparo na mente dos nossos leitores que poderemos expor nestes termos: Está certo que sejais sacerdotes missionários junto deles. Agora, isso de estardes a ajudá-los socialmente não é tarefa especificamente vossa.

Agradecemos a sugestão e propomos para vós, os leigos, a fazerdes!... Não temais ser acotovelados, nem receeis falta de trabalho para todos.

Quando outros nos aliviarem de tal tarefa - há muita gente a trabalhar pelos caboverdianos, graças a Deus, mas, mesmo assim, ainda há necessidade de muitos mais colaboradores - de bom grado nos ocuparemos exclusivamente em tarefas religiosas e espirituais. Mas enquanto não houver generosidades em número suficiente, teremos de prosseguir.

Reparem, porém, que, para muitos caboverdianos, tal colaboração social poderá ser o único meio - livremente operante na sua alma com a graça de Deus - de contactarem com o sacerdote, de se não afastarem totalmente da sua crença religiosa. Insensivelmente, indirectamente, sem segundas intenções, até este nosso trabalho social terá - em total liberdade de consciência - efeitos espirituais.

2 - Uma outra critica, antevejo na mão de muitos leitores grandes pedras e grandes telhados como alvo, refere-se ao Estado: não podia, não devia ele solucionar tais casos, dado que são um grave problema nacional?

Respondemos com toda a lealdade e independência, até por que ninguém nos confiou a missão de o defendermos. Falamos pela experiência que estes dois anos nos proporcionaram.

O Estado tem os seus deveres e muitos são. Mas os particulares também têm os seus nesta grave crise. À própria Igreja incumbe uma tarefa específica.

O Estado planeou uma assistência aos caboverdianos, que demandam a metrópole, em moldes gerais e amplos. O Serviço Nacional de Emprego é incansável na colocação da mão de obra, que de lá chega, e na defesa dos seus legítimos direitos. Mesmo assim, ainda há muitos casos que os particu-

lares podem e devem ajudar a solucionar. Ao Grupo de Apoio aos migrantes caboverdianos - em funcionamento no Ministério do Ultramar - foi confiada superiormente a tarefa de os receber, amparar, apoiar. Muito tem feito. Se mais não faz é porque - quanto a nós - não tem conseguido desburocratizar-se na sua actuação concreta. Não queremos dizer que o Estado não pudesse fazer mais. Pretendemos apenas afirmar - por ser a verdade - que se tem preocupado com o problema, tem enviado grandes esforços para o solucionar e muito tem feito. Concretamente permitimo-nos discordar da excessiva burocracia de um ou outro aspecto da sua actuação. O problema é grave, muito extenso, quase nacional. Por isso terá de ser a nação inteira a colaborar e não só o Estado, a Igreja, uns quantos entusiastas. Por mais que se faça, haverá sempre lacunas, deficiências, problemas prementes que pedem uma solução urgente.

Dito isto, marquemos a nossa posição de forma clara: fomos convidados pelos missionários de Santiago a amparar aqui as suas gentes. Prometemos fazer o que nos fosse possível nesse sentido, sempre em espírito cristão, missionário e sacerdotal. Sem mandato oficial ou oficioso. Da Igreja ou do Estado. Apenas por espírito cristão e apostólico. Quando é preciso colaboramos com as entidades oficiais - da Metrópole e de Cabo Verde - de forma desinteressada, gratuita e em independência sacerdotal. Quando nos consultam, informamos como sentimos e vivemos os problemas. Quando os assuntos e as dificuldades são superiores às nossas forças, endossamo-las a quem de direito.

Concretizando um pouco:

Vinham para a Metrópole menores sem idade legal de trabalho, mas com a intenção e a necessidade de trabalharem; também coxos, doentes, aleijados, sexagenários. Apesar de todo o homem ter direito de procurar trabalho e melhorar a sua vida económica onde e como entender, constatámos que a sua vinda apenas contribuía para os endividar ainda mais. Por isso, propusemos uma mentalização e descrição das realidades com vista a um repensar pessoal dessa deslocação e muitos cancelaram, voluntariamente, a sua viagem.

Por outro lado, dado que a maioria dos caboverdianos prefere trabalhar na construção civil, desaconselhámos a sua vinda durante o inverno, meses em que poucas obras se iniciam.

Chegado o momento do regresso à terra natal, há um que perdeu o bilhete de identidade; outro que o deixou caducar; este que se não apresentou às autoridades militares quando chegou; aquele a quem roubaram todos os documentos. Junto das entidades competentes temos encontrado a

maior compreensão e todos seguem o seu destino. Só nos corta o coração vermos muitos dos que partem sem as malas rotuladas, e sem cola e tinta para isso, com uma profusão de sacos e saquitéis, caixas e caixotes a esventrarem-se numa confusão alfundegária indescritível, sobretudo quando se pretende saber o que levam ou não levam. Daqui podemos responder por todos: levam os seus trastes usados e nem sempre limpos; por vezes, uma máquina de costura em quarta mão, ou um velho motor de rega já cansado, mas que é a concretização do seu sonho de há muitos anos; uns sapatos já palmilhados que uma família lhes ofereceu para os pés descalços dos seus filhos; uma cama ferrugenta que estava prestes a ir para o lugar das coisas inúteis; o seu pequeníssimo pé-de-meia, que aqui conseguiram à custa de sacrifícios sem conta mas que, normalmente, já se encontra na mão da família. Não levam armas de fogo - se fogo têm é o da saudade a devorá-los - nem grandes e luxuosas mobílias, nem electrodomésticos caros e funcionais; nem azeite; nem álcool; nem quantidade de artigos que pensem transaccionar, com lucro, por lá. Olhem para eles como migrantes não endinheirados que voltam à sua terra, sem deixarem a Pátria comum, e talvez depois dispensem algumas burocracias no seu embarque.

3 - Uma outra crítica: Os caboverdianos são escandalosamente explorados pelos patrões.

Explorador pode ser o taxista que do aeroporto até ao largo da Estrela leva 100\$00 ou 150\$00 a um recém-chegado que se faz acompanhar de uma mala a pesar apenas quatro a dez quilos. Também o engraxador a quem apresentam 100\$00 para se pagar do seu serviço e, alegando ir arranjar troco, não mais aparece. São casos raros, mas são casos por nós conhecidos. Porém, quem pode obstar concretamente a tais abusos, condenáveis em toda a linha?

Quanto aos patrões: há casos de exploração, mas muito reduzidos porque a fiscalização é rigorosa. Se alguns trabalhadores não descontam para a Caixa, por vezes a culpa é recíproca: o patrão propõe e o trabalhador concorda; sobretudo se é solteiro. Todos os casos conhecidos são prontamente esclarecidos e apresentados ao Serviço Nacional de Emprego e a solução não se faz esperar. Quanto aos casos desconhecidos, é bom de ver que não se podem resolver.

Recebem eles salários injustos? Pensamos que, regra geral, lhes é atribuído o salário mínimo. Mas atenda-se à qualificação profissional da maioria dos caboverdianos: muitos deles trazem documentos de pedreiros, carpinteiros, etc., mas, de uma maneira geral, não são artistas qualificados. A técnica por

lá é menos apurada; o ritmo de trabalho muito diferente. Daí não poderem render, inicialmente, o mesmo que os seus colegas metropolitanos. Concordamos que alguns ordenados sejam baixos de mais - porém, é preciso atender às circunstâncias acabadas de referir, e outras - mas que sejam escandalosa e gritantemente explorados estamos convencidos que não. Até porque os domingos são longos para todos juntos contarem reciprocamente a vida - nos seus aspectos negativos e positivos - e se reconhecerem que o patrão não paga o que deve, procurarão, sem demora, novo local de trabalho. São os próprios companheiros que os levam para locais de melhor salário. Na sua aparência simples há muita esperteza escondida - no bom sentido - pelo que não é fácil ludibriá-los por muito tempo, ou mantê-los em posição económica nitidamente injusta por mais de um mês, tempo normalmente suficiente para começarem a abrir os olhos.

Numa louvável iniciativa de promoção profissional são os caboverdianos insistentemente convidados a frequentar os vários cursos de Formação Profissional Acelerada em condições económicas de privilégio. É que esta migração trará, inevitavelmente, uma melhoria de vida a todas as ilhas e serão precisos verdadeiros profissionais para a levarem por diante.

4 - O problema da migração é outro ponto que se tem prestado a discussão. Eis como o conhecemos:

Metropolitanos e caboverdianos têm de cumprir as mesmas condições para poderem emigrar. Não nos compete, neste singelo depoimento dizer da sua legitimidade ou rigidez. É certo e sabido que uma simples carta de um parente que viva na Europa, não é suficiente para um português emigrar. Também um documento passado pela entidade patronal não abre, por si só, as portas da fronteira, dado que se exige o seu reconhecimento por parte do Secretariado Nacional de Imigração da nação que irá receber o candidato.

Sendo assim, não vemos onde fundamentar a apreendida injustiça, precisamente contra os caboverdianos. São eles equiparados aos metropolitanos no tocante à documentação que têm de apresentar. Porém, da posse dela, passam a ser tratados de forma especial e de privilégio: entregam toda a documentação no Grupo de Apoio e, passadas poucas semanas, têm o passaporte de emigrantes em seu poder. Como é então possível apontar o caso dos caboverdianos como uma excepção desfavorável? Muito simplesmente porque ao serem abordados por um senhor qualquer, que tenha uma caneta e um pedaço de papel, se queixam das dificuldades que encontram para emigrar, sem o referido interlocutor se dar ao incómodo de aprofundar o assunto. Quer dizer: literatura de cordell!...

5 - Tratamento depreciativo e segregação racial: Palavras depreciativas vai havendo, aqui e além. Talvez por alguns se esquecerem que ninguém tem culpa da cor da sua pele e ser o valor intrínseco da pessoa a verdadeira norma qualificativa de valores. Além de que esta gente tem muito de europeu, embora ficando africana dos quatro costados.

Terroristas, insinuam outros. Porém, a dor de cotovelo é outra: com a sua presença numerosa na Metrópole, os ordenados não pularam como alguns queriam ... A maioria dos caboverdianos veio apenas tentar melhorar a sua vida económica neste momento crítico por que a sua terra está a passar. Tudo o resto é secundário para eles. Não negamos, porém, que haja quem os tente aliciar para outras ocupações e preocupações totalmente diferentes das que motivaram a sua vinda. Estamos, porém, em crer que o resultado de tal catequização não deve ser extraordinário.

Bêbedos, questionadores, desordeiros. São, afinal, atributos de todos os grupos humanos. Estes, na sua qualidade de africanos, são pacatos e ordeiros; mas quando provocados e sobretudo quando injustamente provocados, reagem forte e feio.

Há por cá elementos de baixo estofo humano e moral, nós o sabemos por experiência própria. Mas a maioria é boa gente, respeitadora, cumpridora, temente a Deus, atenciosa para com o seu semelhante.

Quanto a segregação racial: inexistente. É natural que prefiram juntar-se no jardim da Estrela e no Camões para matar saudades. Também que, nos primeiros meses, se sintam algo estranhos em meio bastante diverso do seu, mas nunca hostil. Insensivelmente as amizades entre colegas de trabalho vão-se processando e é consolador ver o convívio entre todos sem qualquer sintoma segregatório. Numerosos casos de comum união, de estima, de estímulo, de protecção de parte a parte - dentro e fora do trabalho - são por nós constatados a cada momento.

6 - A situação económica em Cabo Verde: Dizem-nos que em Cabo Verde se está a processar um progresso visível e constante. Por informações dos Missionários e dos próprios migrantes podemos afirmar - apesar de nunca termos ido até àquelas paragens - que as Autoridades Administrativas se têm preocupado, desde o início da actual crise, em dar trabalhos públicos de forma a assegurarem o sustento condigno de toda a população.

Na impossibilidade de assegurar trabalho público para todos os habitantes - não esqueçamos que a crise é grave - optou-se por dar preferência aos agregados familiares que não te-

nham membros seus a trabalhar na Metrópole. Evidentemente que a própria justiça distributiva aconselha tal medida, no caso concreto em que aquela gente vive, uma vez que daqui vão mensalmente ajudas monetárias substanciais, facto que ninguém, podemos constatar por sermos intermediários, também neste pormenor, entre muitos dos que aqui vivem e as suas famílias lá residentes.

Mais ainda: A todas as crianças até aos três anos – e às outras, quando se provar a sua necessidade – é distribuído diariamente meio litro de leite; dessa tarefa se encarregam as Irmãs Missionárias. O Governo local e a Caritas fornecem leite em pó aos trabalhadores a preço módico. Todas as crianças que frequentam a escola recebem gratuitamente meio litro de leite por dia, bem como roupa, se a precisarem, a expensas do Governo. Os medicamentos e as consultas são gratuitos para os pobres e para os parentes dos beneficiários das Caixas de Previdência que trabalhem na Metrópole.

Deste modo tem sido possível dar a toda a população possibilidades de vida económica, que se não é desafogada nalguns casos concretos em parte alguma isso é possível quando a crise é grave – é, de certeza, de mediania. Atoardas que se ouvem e publicam são fruto natural da já referida literatura de cordel ...

V – O PRÓXIMO REGRESSO À CASA PATERNA

Estarão eles totalmente satisfeitos por cá? Passarinho da Serra da Estrela, onde se cria lá se deseja, dizem na nossa terra da Beira Alta. Além disso, todo o êxodo é doloroso.

Não é de rosas a sua vida na Metrópole: o clima; o trabalho duro - preferem a construção civil por ser o trabalho mais rendoso e onde mais facilmente se adaptam por não exigir mão-de-obra qualificada, em certas secções; as más condições de habitação, higiene, alimentação, na sua qualidade de gente deslocada do seu habitat natural e sem a família a ampararem; a nostalgia e saudade tão próprias dos ilhéus e dos africanos. Tudo isso fará com que cerca de quatro mil voltem à sua terra até Janeiro próximo, se o ano agrícola for bom.

Será então necessário fretar grandes barcos, muitos aviões para os levar, tal como foi preciso o caso concreto dos aviões, para os trazer. Os que não seguirem ficarão em posição privilegiada. Temos até a impressão que não virá longe o dia em que os patrões irão a Cabo Verde convidá-los para voltarem a trabalhar na Metrópole ...

VI – CONCLUSÃO

São cerca de quinze mil os caboverdianos que, deixando a sua terra por causa da seca que há quatro anos os atormenta, se encontram espalhados pelo país, mas especialmente concentrados em Lisboa e na sua cintura. Com graves problemas familiares, sociais, religiosos. Gente boa e simples, na sua esmagadora maioria, que espera a nossa simpatia, amizade, dedicação para minorar tanto sofrimento.

Muito se tem feito por eles: o estado, as associações católicas e religiosas, as paróquias, pessoas individuais e, mesmo, famílias. Por mais que façamos sempre haverá necessidades a pedirem a nossa colaboração, deficiências que clamam por solução. Procuremos por todos os meios diminuí-las o mais possível.

Ao escrevermos estas linhas tivemos apenas em mente dar a conhecer a razão da sua vinda, os problemas que aqui encontram, o auxílio que têm recebido. Escrevemos como sentimos e vivemos o problema, de há dois anos a esta parte. Sem segundas intenções. Sem reticências ou camuflagem das realidades. Só pedimos que nos leiam «nas linhas» e não «nas entrelinhas» que não escrevemos, nem temos.

Falou-vos um sacerdote-missionário que tudo faz para ajudar espiritualmente estes nossos migrantes, e tenta aliviar os seus problemas humanos e sociais num espírito também de apostolado. Sem mandato especial a não ser o da caridade cristã. Não nos temos dado à tarefa de descobrir pedras e telhados para alvejar, talvez por que o trabalho que temos entre mãos nem sequer nos deixa tempo para tal. Além disso, é tarefa que facilmente encontra obreiros ...

Possam as nossas palavras dinamizar muitas almas generosas para bem dos caboverdianos que entre nós labutam por uma promoção humana, social e cristã.

Lisboa, Junho de 1972.